

AS RELAÇÕES DE PODER EM O TEMPO E O VENTO: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO EM ERICO VERÍSSIMO E RAYMUNDO FAORO

Alexandre Ricardo Lobo de Sousa*

RESUMO: O projeto, em execução, “A construção do Estado em Erico Verissimo e Raymundo Faoro”, tem como objetivo analisar, a partir dos conceitos patrimonialismo e patriarcalismo em “Os Donos do Poder”, de Raymundo Faoro, a construção do Estado Brasileiro e as relações de poder na obra “O Tempo e o Vento”, de Erico Verissimo. No estágio atual da pesquisa, já mapeei a influência da teoria de Max Weber entre intelectuais brasileiros até Raymundo Faoro e analisei as três primeiras partes de “O Continente”, primeiro volume de O Tempo e o Vento, percebendo uma transição de uma forma de poder baseada em um patriarcalismo, em “Ana Terra”, ao patrimonialismo em “Um certo Capitão Rodrigo”.

PALAVRAS-CHAVE: Patriarcalismo – Patrimonialismo – Estado

RÉSUMÉ: Le projet en cours, “La construction de l’État brésilien dans Verissimo et Raymundo Faoro” a comme objectif analyser à partir des concepts patriarcat et patrimonialisme dans “Les détenteurs du pouvoir”, de Raymundo Faoro, la construction du État brésilien et les rapports du pouvoir dans l’oeuvre littéraire “Le Temps et le Vent”, de Erico Verissimo. Dans l’étape de la recherche, j’ai fait le portrait de l’influence de la théorie de Max Weber parmi les intellectuels brésiliens jusqu’à Raymundo Faoro et j’ai analysé les premiers parties du “Le Continent”, premier volume de la trilogie “Le Temps et le Vent”, comprenant une transition d’une forme de pouvoir soutenu sur un patriarcat dans “Ana Terra” à “Un capitaine Rodrigo”.

MOTS-CLÉ: Patriarcat – Patrimonialisme - État.

IDEIA BÁSICA DO PROJETO

A ideia inicial do projeto é estabelecer uma relação entre *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro (1958) e *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo (2004). A possibilidade da aproximação das obras ocorre não só pelo contexto em que foram escritas, no período democrático de 1945 a 1964, como também por abordarem um longo período da História do Brasil. Ao estarem em um mesmo contexto, refletem uma mesma problemática: a construção do estado nacional brasileiro. Essa questão era pertinente, pois a pouco o Brasil saía de uma ditadura, a do Estado Novo de Getúlio Vargas, que se assemelhou às ditaduras de caráter fascistas e totalitárias europeias, promoveu as bases de um processo de industrialização e rompeu com uma república governada por políticas voltadas para a agroexportação.

Na tradição historiográfica ocorria uma mudança de enfoque; da definição do caráter do brasileiro, como em *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Casa-grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freire, à constituição do Brasil, não só cultural como também político. Não se travava mais de discutir quem era o brasileiro,

* Doutorando em literatura brasileira, UFRGS, bolsista CNPq, mestre e licenciado em História, UFRGS, Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais, UFRGS, e-mail: webhumanas@yahoo.com.br.

um preguiçoso, um cordial, ou o infeliz resultado de uma mistura de três raças, mas de entender como o poder constituiu-se e organiza a sociedade.

Faoro em *Os Donos do Poder* (1958), munido do aparato conceitual weberiano, propõe-se a dar uma explicação para a formação nacional. Para ele, o Estado Brasileiro foi transplantado de Portugal e isso implicou alguns “vícios” na nossa cultura política. O governante, vindo de fora, não possuía nem vínculos de interesses, objetivos em comum, e nem identidade com a elite local. Autoritário, esse governante, cuja figura confundia-se com o próprio Estado, exercia um poder autoritário e centralizado.

Rompendo com uma postura marxista reducionista – stalinista – o Estado não é visto, em Faoro, como mero escritório da burguesia ou de qualquer outra classe dominante. No nosso caso, sendo o aparato estatal herdeiro da metrópole, os governantes não são os representantes diretos da classe dominante, mas membros de uma elite burocrática (FAORO, 1958. p 124). esse grupo de funcionários públicos compõem o de um estamento burocrático.

Estamento e classes possuem status conceitual diferenciado. O primeiro remete a questões culturais de honra e faz parte do aparato teórico weberiano; o segundo, marxista, a questões econômicas relativas ao posicionamento no sistema produtivo entre possuidores de capital e mão de obra. Assim, poder econômico e poder político, embora possam estar associados, não se confundem. Enquanto que em uma sociedade de classes, não existem grupos politicamente privilegiados, pois a sociedade baseia-se na igualdade de todos perante a lei, numa estamental, há explicitamente uma distribuição de privilégios diferenciados conforme o estamento.

Faoro não está preocupado em uma adaptação mecânica dos conceitos de Max Weber. O que o preocupa é em utilizá-los para a compreensão da formação do Brasil. Assim, desenvolve o conceito de estamento burocrático. Este refere-se a um grupo de dirigentes do Estado que exercem o poder por meio do aparato estatal. A burocracia é uma forma de melhor organizar a ação estatal. Um funcionário do estado, na base, é um executor de tarefas, sem poder de mando. Um integrante do estamento burocrático, ao contrário, está no topo da pirâmide burocrática. É por meio do conceito de estamento burocrático que é possível desassociar o governo do corpo social.

O Estado Nacional, aos moldes do Estado Moderno, constitui-se aos poucos. O Estado, aqui, em sentido amplo, conforme Max Weber, caracteriza-se por ser o detentor do monopólio do uso legítimo da violência (WEBER, 1982, p. 98). O Estado Moderno, especificamente, é aquele que se pauta pela nítida separação entre o que é público e o que é privado, e a pessoa do governante não se confunde com seu cargo. A legitimidade do poder é garantida pela representatividade. Todo o aparato burocrático cumpre a tarefa responder, de forma racional, as demandas do cidadão.

Para analisar a formação do Estado nacional brasileiro, Faoro retoma a formação do Estado português, oriundo das guerras da reconquista. Esse Estado, diferente do Estado Moderno, era patrimonial. A base do poder do Estado patrimonial é o patrimônio do governante. O poder do rei lusitano constrói-se e legitima-se na distribuição de terras que gera uma camada de apoiadores dependentes. Na medida em que os muçulmanos são expulsos da Península Ibérica, o rei distribui a posse, e não a propriedade, da terra, garantindo laços de dependência entre seus beneficiados. Forma-se assim um Estado paradigmático embasado na figura e no patrimônio do Rei. O aparato estatal, a “máquina mercante”, serve para administrar e regulamentar a lucratividade real.

O Estado Brasileiro só iniciaria o abandono dessa herança patrimonial a partir da Revolução de Trinta. O período Vargas, paradoxalmente, é o início de uma ruptura – que

não foi e ainda não é plena - com esse governo que mistura público e privado. Sem romper radicalmente com as antigas oligarquias, Vargas inova ao regulamentar a relação capital trabalho e fomentar a industrialização com investimentos em infraestrutura.

Abordando a mesma questão que Faoro, mas de forma literária, Erico Verissimo, em *O Tempo e o Vento*, também aborda a transformação da sociedade e das relações do poder. Cronologicamente, na narrativa, a história do Rio Grande do Sul e, por extensão do Brasil, inicia-se fora do território sob domínio lusitano. *A Fonte*, primeiro episódio de *O Continente*, retrata as missões sob domínio do estado espanhol. A obra de Erico, diferente da de Faoro, abrange o momento posterior à Revolução de Trinta, *Encruzilhada* situa-se no início do período de democrático, logo após a queda do Estado Novo. Os frutos da Revolução de Trinta, em termos políticos e econômicos, já estão consagrados. As políticas públicas já não estão mais diretamente vinculadas aos interesses agroexportadores, nem subordinadas ao coronelismo. Pelo menos formalmente, o aparato estatal deve pautar-se pelos interesses coletivos e sua ação deve ter caráter impessoal. O Estado Patrimonial, aos poucos, cede lugar ao Estado Moderno e o domínio pela tradição ao domínio pela representatividade.

O Tempo e o Vento acompanha esse longo processo e é passível de ser analisado pelo aparato conceitual de Faoro. Se inicialmente, temos um poder centralizado – o estado espanhol - em *A Fonte*, posteriormente, até *O Sobrado*, último episódio de *O Continente*, esse poder central dilui-se na forma do poder local, cujo espaço de exercício é o povoado de Santa Fé que se transforma em cidade. Esta é dominada pela família Amaral. Os Amarais são praticamente donos de Santa Fé, distribuem poderes e governam por seus próprios interesses caracterizando um domínio patrimonial.

Um esclarecimento conceitual, para evitar possíveis equívocos, faz-se necessário. Patriarcalismo ou patrimonialismo são referentes à forma de poder, de domínio em geral, e não exclusivos do Estado. O poder, capacidade de impor uma vontade, exerce-se por meio de relações. Patriarcalismo ou patrimonialismo são expressões de relação de poder.

A fonte teórica principal de Raymundo Faoro é Max Weber. *Os donos do poder* tem elementos de *Economia e Sociedade* publicada pelo Fundo de Cultura do México em 1944. Até então, Weber era pouco conhecido entre os intelectuais brasileiros por não haver traduções de suas obras. Gilberto Freyre estudou a teoria weberiana de forma indireta, por meio da antropologia norte-americana de Franz Boas. Sérgio Buarque de Holanda teve contato com a obra de Weber quando estava na Alemanha, no início da década de 1930.

Obra póstuma, *Economia e Sociedade*, aborda desde a economia, a política e a religião, mas aborda a metodologia weberiana. Provavelmente, na época da primeira edição de *Os donos do poder*, Faoro não teve acesso à parte metodológica weberiana. Entretanto, absorveu-a indiretamente. Uma das contribuições de Weber, na questão metodológica, é a de tipo ideal. O tipo ideal é um instrumento temporário de construção do conhecimento e distingue-se do conceito genético. Obtêm-se o tipo ideal por meio da observação e comparação dos fenômenos sociais, mas ao contrário do conceito tradicional, não se propunha a definir a realidade, pois deve adequar-se a ela (WEBER, 1992, pp 137-138). Assim, patriarcalismo e patrimonialismo são tipos ideais e não conceitos. O primeiro refere-se à relação de dominação embasada na tradição e autoridade do pai, e o segundo, a um domínio por meio do patrimônio. Não definem, mas auxiliam a compreensão da realidade. Desta forma, podem ser aplicados tanto ao poder local quanto ao poder estatal.

O poder de Maneco Terra, por exemplo, personagem de Ana Terra, pai da personagem que dá nome a um Episódio de *O Continente*, não é definido pelo patriarcalismo, mas apresenta características do tipo ideal do domínio patriarcal. Em seu rancho, cuja localização é imprecisa, longe da autoridade policial estatal, controla o destino de seus filhos, de seus escravos e sobre estes pode até mesmo aplicar a pena de morte. Da mesma forma, o poder dos Amarais tem características do tipo ideal do patrimonialismo. O fundador de Santa Fé, Ricardo Amaral, e seus descendentes a dominam como se essa fosse uma propriedade privada. Os integrantes do legislativo são meros empregados. A lei que empregam está conforme suas vontades. E esse poder emana do fato de serem os grandes proprietários locais. Por concederem um espaço para uma paróquia, também controlam a vida religiosa da cidade.

ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O *Tempo e o Vento* pode ser entendido pelo tipo ideal Romance Histórico. Esse tipo de romance caracteriza-se por ter uma narrativa sobre o passado e ser pontuado por personagens da história (LUKACS, 2000. p 10). O conceito de romance histórico, formulado por George Lukacs, não é um tipo ideal. Embora aluno de Weber, o filósofo húngaro, por ocasião da escrita de seu livro *O Romance Histórico* estava filiado à linhagem marxista e sob controle e influência política do stalinismo, provavelmente não aprovaria a classificação de romance histórico como tipo ideal. Entretanto, para além da disputa entre weberianos e marxistas, instrumentos de caráter metodológico que possibilitem a melhor compreensão de uma realidade que é complexa e multifacetada, desde que não sejam contraditórios, são válidos na busca do conhecimento.

Embora Erico Verissimo, ao escrever *O Tempo e o Vento* estivesse preocupado em desmistificar a história oficial dos manuais - realizou pesquisas para construir cenários, características de personagens e pontuar seu romance com acontecimentos verídicos - não tinha preocupação principal escrever um romance que fosse classificado como histórico. Tal classificação é a posteriori. É nesse sentido que podemos entender o tipo ideal. Se fosse um conceito genético, *O Tempo e o Vento* teria que ser enquadrado, reduzido e definido a partir das características de romance histórico. Enquanto tipo ideal, é possível percebê-lo em suas peculiaridades narrativas e estruturais.

O romance histórico pode ser entendido em quatro temporalidades: uma, a que o autor deseja retratar, a segunda, a que responde a problemáticas da época em que foi escrito, a terceira, a do leitor, e uma quarta, a do narrador. Como vimos, *O Tempo e o Vento* retrata a história do Rio Grande do Sul ao longo de três séculos, chegando em *O Arquipélago* à quase contemporaneidade de Erico. A narrativa da obra é de Floriano Terra Cambará, personagem ficcional que situa no mesmo período histórico de Erico. O imaginário de um leitor do século XXI é diferente, por possuir elementos distintos, de um leitor de meados do século XX, época em que foram escritas as obras em questão. Para um leitor mais exigente, ler é buscar respostas, seja de caráter objetivo, como leituras técnicas, seja de caráter subjetivo, mas as questões são circunscritas. Assim, é possível a leitores diversos, em épocas distintas, enfocarem aspectos diversos em uma obra.

Lembrando Antônio Cândido, em *Literatura e sociedade*, (CANDIDO, 1976 p 38) o leitor e o escritor são seres em sociedade, possuidores de uma linguagem que é uma construção coletiva. A experiência do escritor é uma experiência, quer queira ou

não, compartilhada. Um autor, por exemplo, que se empenhe em criar uma fictícia história sobre a ditadura militar, busca, não só na linguagem mas também na vivência em comum, elementos para sua narrativa, por mais que esta seja uma expressão individual. W. Dilthey fala em intersubjetividade entre indivíduos (cf COHN, 2003, p 25). Ao estarem no mesmo momento histórico, os indivíduos têm as mesmas vivências, absorvem, mesmo que de forma diferenciada, elementos em comum. Como já visto, Faoro e Verissimo têm uma experiência compartilhada: do Estado Novo e a formação do Estado Moderno Brasileiro.

A obra de Erico Verissimo, enquanto romance histórico, não pode ser confundida como uma obra historiográfica. Mesmo com a veracidade dos acontecimentos externos aos personagens principais, a vivência particular destes é fictícia. Entretanto, suas subjetividades, preocupações, refletem a vivência do autor. Erico Verissimo expressou sua leitura particular da história do Brasil, entretanto, essa leitura é fruto não só de uma experiência individual como também coletiva. E aqui temos então a possibilidade de aproximação com Faoro.

O presente trabalho não é de caráter histórico, apesar de minha formação ser nas ciências sociais e na história. Um trabalho de história, tradicionalmente, que abordasse a literatura, seria a história enquadrando a literatura em determinado momento histórico. Mesmo que não fosse uma história factual, e sim preocupada com a questão da mentalidade, visão de mundo ou ideologia, procuraria elementos históricos, subjetivos ou não, de forma direta ou indireta, na obra literária. Teríamos então ou uma história da literatura, ou uma história das mentalidades, ou das ideologias ou ainda das visões de mundo. O que me proponho, é, ao contrário, entender a literatura interpretando a história. Não a história dando sentido a literatura, explicando-a, mas a literatura dando sentido à história. *O tempo e o vento* é uma interpretação da história do Brasil, mas o é de forma literária. Se patrimonialismo, patriarcalismo, burocracia ou Estado fazem parte das palavras chaves de *Os donos do poder*, se ali são exigidos rigor conceitual, e assim deve ser, em *O tempo e o vento*, não necessitam nem mesmo serem mencionados para estarem presentes. O uso de tais conceitos pelos historiadores deve servir para a compreensão de uma realidade empírica. O literato, por sua vez, intencionalmente ou não, pode ilustrar tal conceito com exemplos a parti de seus personagens.

Sintetizando a tese: Erico Verissimo, mesmo escrevendo de forma ficcional, realiza uma interpretação dos elementos de sua vivência. E essa interpretação possui elementos em comum com a de Raymundo Faoro.

ESTÁGIO ATUAL DO TRABALHO

Um primeiro capítulo, já escrito, tem como foco a recepção de Max Weber por Raymundo Faoro. Nesse capítulo, abordei a relação, quase inevitável, entre Karl Marx e Max Weber, tanto no aspecto metodológico como conceitual. Na questão metodológica, separando marxistas stalinistas do pensamento marxiano – do próprio Marx, é possível ver um ponto de contato entre o marxismo e a teoria weberiana: a compreensão da realidade como multifacetada. E, a partir disto, as questões conceituais, não como contraditórias, mas como complementares. Se a realidade não é um monobloco, sua explicação não pode ser nem exclusivamente econômica e nem social. Dessa questão, abordei as origens da reflexão social no Brasil e sua relação como o pensamento

Weberiano, tendo Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire como utilizadores indiretos do tipo ideal, e Raymundo Faoro como o primeiro a usar conceitos weberianos como estamento, burocracia, patrimonialismo de forma direta.

Um segundo capítulo, ainda por ser escrito, abordará especificamente a recepção e leitura weberiana feita por Faoro. Diferente do precedente, que tem a função de contextualizar essa influência, aqui a preocupação será em desenvolver e problematizar conceitos, bem como Faoro foi influenciado por Max Weber. Assim, por uma questão de aproximação temporal com o *Tempo e o Vento*, será priorizada a primeira edição de *Os Donos do Poder*, de 1958.

Um terceiro capítulo, com parte já escrita, originário da cadeira Seminário de Autor – Erico Verissimo, ministrado pela Prof. Doutora Maria da Gloria Bordini, no segundo semestre de 2009, aborda os primórdios do Estado Brasileiro em *O Continente*. A parte já escrita analisa, pelo recorte das relações de poder, os primeiros três episódios, *A Fonte*, *Ana Terra* e *Um Certo Capitão Rodrigo*. Rompendo com uma linearidade da História positivista, comum até então em manuais, a narrativa de Erico mostra que a constituição do Estado não ocorreu de forma contínua e regular. Em *A Fonte*, nas Missões, embora espanhol, ele foi presente e atuante, mesmo não fazendo parte do organismo societário, não sendo representante nem dos índios e nem dos jesuítas. Em *Ana Terra*, posterior às Missões, a presença do Estado ofusca-se ante um poder local. Maneco Terra, dono de terras no meio das disputas territoriais entre lusitanos e espanhóis, é portador de um poder, mesmo que restrito aos seus, que o assemelha a um basileu em seu oikos. Maneco, patriarca, exerce a justiça e a defesa em seu pequeno pedaço de terra. Em *Um Certo Capitão Rodrigo*, com uma cidade em vias de constituição, Santa Fé, o poder já não é mais embasado em laços sanguíneos, mas por meio do patrimônio. A justiça e o exercício do poder legal são propriedades do fundador de Santa Fé, Ricardo Amaral.

Este capítulo deverá encerrar-se na análise de *O Sobrado* – ou este terá um capítulo exclusivo. A importância de *O Sobrado* consiste na ascensão política dos Terra Cambará, significando uma diversidade maior de grupos e interesses na disputa pelo poder. Como lembra Regina Zilberman, é significativo que o nome do protagonista, Licurgo, lembre o legislador espartano com o mesmo nome (ZILBERMAN, 2004. p 154). A lei, mesmo que manipulada conforme interesses pessoais, soberana, agora é uma norma que deve ser seguida, formalmente, por todos. Embora o poder seja novamente monopolizado e permaneçam as características de patrimonialismo, já não se trata mais do domínio quase absoluto e sem concorrentes ou questionadores como era na época do reinado dos Amarais. Há a presença de duas famílias rivais na disputa pelo poder de Santa Fé

A pesquisa deve ir até *Encruzilhada*, de *O Arquipélago*, com a queda do Vargas e a passagem para um período democrático, em que, supostamente, o jogo do poder é claro e embasado na diversidade, transparência e representatividade. Entretanto, pela dimensão da obra de Erico, possivelmente, capítulos de *O Tempo e o Vento*, principalmente de *O Retrato*, terão que ficar de fora.

REFERÊNCIAS

BORDINI, Maria da Gloria. O Continente de São Pedro: éden violado. In: BORDINI, Maria da Gloria; ZILBERMAN, Regina (Org.). *O tempo e o vento: história, invenção e*

metamorfose. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004a.

_____, O Continente; um romance de formação? Pós-colonialismo e identidade política. In: BORDINI, Maria da Gloria e ZILBERMAN, Regina, 2004b.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 5 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976 [1965]

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. A Recepção de Max Weber e a Cultura Historiográfica Brasileira. In: _____, *A cultura historiográfica brasileira: Década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1958.

_____, *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 13 ed. São Paulo: Globo, 1988 [1958].

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1992 [1936].

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JÚNIOR, Jair dos Santos. Entrevista com Raymundo Faoro: uma viagem ao universo intelectual do autor. In: GUIMARÃES, Juarez. (org.) *Raymundo Faoro e o Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, 2009.

LIEDKE FILHO, Enno. A Sociologia no Brasil, história, teoria e desafios. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n.º 14, jul/dez 2005, p. 376-437

LUKACS, Georg. *Le roman historique*. Paris: Payot, 2000[1965].

PESAVENTO, Sandra. A memória da terra: missão feminina. In PESAVENTO, Sandra, et all. *Erico Verissimo: O romance da história*. Porto Alegre, Nova Alexandria, 2001.

VERISSIMO, Erico. *O Tempo e o Vento: O Continente I*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. 3.º edição.

_____, *Solo de Clarineta*. Volume 1. São Paulo: Globo, 1994.

WEBER, Max. A Política como vocação. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982. [1946]

_____, A Objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. Campinas: Unicamp, 1992.

_____, *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 2009.

ZILBERMAN, Regina. História, mito e literatura. In: BORDINI, Maria da Gloria e ZILBERMAN, Regina. *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004a.

_____, Saga familiar e História política. In: BORDINI, Maria da Gloria e ZILBERMAN, Regina, 2004b.